

Intelectuais e política: observações acerca do transformismo nos escritos de Antonio Gramsci

Anita Helena Schlesener

Professora do Mestrado em Educação da Universidade Tuiuti do Paraná e professora
(aposentada) de Filosofia da Universidade Federal do Paraná (UFPR)

Intelectuais e política: observações acerca do transformismo nos escritos de Antonio Gramsci

Tomando como referência os escritos de Antonio Gramsci o objetivo desse artigo é tecer algumas considerações sobre um fenômeno característico das democracias modernas: o processo de transferência dos dirigentes dos partidos dos trabalhadores para os grupos que controlam o poder. A estrutura da democracia moderna permite a assimilação dos dirigentes e este fenômeno desmobiliza os movimentos organizados e instaura um processo de “revolução passiva”. O objetivo de Gramsci é esclarecer a noção de hegemonia para criar novas condições de confronto político para as classes dominadas. Palavras-chave: intelectuais, política, Antonio Gramsci.

Intellectuals and politics: notes on transformism in Antonio Gramsci's writings

Taking as a reference Antonio Gramsci's Writings, the objective of this article is to make some considerations about a characteristic phenomenon of modern democracies: the process of transference of the leaders of the workers' parties to ruling groups. The structure of modern democracy enables the assimilation of the leadership and this phenomenon disarms the organized movements and begins a process of “passive revolution”. Gramsci's intention is to clarify the notion of hegemony as to create news conditions of political confrontation for the dominated classes.

Keywords: intellectuals, politics, Antonio Gramsci.

O presente trabalho visa a refletir sobre a questão dos intelectuais e das práticas partidárias nos escritos carcerários de Antonio Gramsci a fim de explicitar a noção de transformismo e de consciência de classe, bem como a sua atualidade ante situações políticas que, no contexto da democracia burguesa, enfraquecem a luta política dos trabalhadores. O transformismo se configura, em linhas gerais como o processo de cooptação dos potenciais dirigentes das classes subalternas, os elementos mais capazes de organizar e dirigir um movimento por parte das elites dominantes. A consciência de classe traduz-se na nova concepção de mundo que as classes dominadas precisam elaborar no bojo de suas lutas políticas.

Ora, o que ocorre insere-se no contexto de uma estrutura partidária hierárquica e de uma prática política na qual as formas de representação distanciam os dirigentes das massas por eles representadas. Trata-se, para Gramsci, de uma realidade construída historicamente a partir das bases de representação da democracia burguesa e que é consequência do modo de organização partidária. O distanciamento entre intelectuais e massas favorece o processo de cooptação e a impotência das massas de reagir positivamente reconstruindo suas relações políticas no curso de suas lutas. Trata-se, no fundo, de explicitar as relações de hegemonia e o compromisso dos intelectuais das classes subalternas enquanto dirigentes que as representem de modo estável, acentuando o significado e a importância de relações efetivamente democráticas.

O primeiro aspecto a acentuar como pressuposto são as características da democracia burguesa que Gramsci entende que devam ser criticadas veementemente por seu caráter instrumental e misti-

ficador, bem como aquelas que ele considera importantes como conquista histórica, ou seja, herança cultural e política que precisa ser ampliada no contexto do socialismo. A crítica ao ideário liberal como modelo utópico e como base de sustentação da ordem burguesa é um dos pressupostos para que as classes trabalhadoras se apropriem da herança cultural e histórica na construção da democracia socialista.

O segundo ponto a desenvolver é como esse fenômeno se produziu na Itália e quais as bases de sua superação no contexto da organização política dos trabalhadores. Trata-se de contrapor duas concepções diversas de conceber a política: uma a partir da afirmação de lideranças que, por sua origem e formação, atribuem-se o direito de dirigir e comandar as massas populares as quais, por sua condição social e histórica, não estão aptas a governar. As bases de sustentação do elitismo são, entre outras, o individualismo que fundamenta o modo de ser e pensar na sociedade burguesa na crença de que o indivíduo escolhe livremente entre aqueles que se apresentam a cada nova eleição o seu governante; e a separação entre trabalho intelectual e trabalho manual que funda a hierarquia de poder que sustenta as relações sociais e políticas. Além desses pressupostos, as mudanças geradas por novas tecnologias de comunicação, acentuam as desigualdades sociais, tornam-se mecanismos potentes que permitem ampliar o controle e a manipulação (governar) com muito mais eficiência, mantendo a grande parcela da população trabalhadora em situação de passividade política. Outra concepção de política apresenta-se na proposição de uma nova prática construída no interior do partido, pela qual as massas criam seus próprios intelectuais orgânicos, o que exige aprofundar a noção de hegemonia e a sua relação com a cultura enquanto processo de transformação das classes subalternas em protagonistas conscientes de sua história.

Repensando a noção de democracia

Parte-se de uma observação de Valentino Gerratana a propósito dos objetivos de Gramsci na redação dos *Cadernos do Cárcere*: para Gerratana, ante a derrota da classe operária italiana e a ascensão do fascismo, o objetivo central de Gramsci na prisão era “compreender as razões da derrota, única maneira de continuar a obra da revolução”. Trata-se, conforme Gerratana, de um trabalho teórico de análise detalhada da história da Itália para esclarecer os mecanismos políticos que sustentam a moderna sociedade capitalista e a contínua reprodução da hegemonia burguesa, bem como explicitar as possibilidades de uma “hegemonia alternativa” (GERRATANA, 1997, p. 55-56). Na leitura de Domenico Losurdo, Gramsci reflete em uma nova perspectiva: a compreensão de que “a passagem do capitalismo à ‘sociedade regulada’, isto é, o comunismo, ‘durará provavelmente séculos’ (Q, p. 882)”, coloca a exigência de elaborar uma nova “teoria da revolução e da transformação política e social” (LOSURDO, 1997, p. 137).

Embora tais observações sejam justificáveis tanto pelos escritos quanto pela situação de prisioneiro, cabe acentuar que essa nova perspectiva não significa a negação ou o esquecimento da experiência política dos anos anteriores ao cárcere, como os Conselhos de Fábrica e a prática do jornal *L'Ordine Nuovo*. Para compreender a noção de democracia proposta como a nova experiência a ser construída não basta, como acentua Leonardo Paggi, contrapor “o novo poder soviético e a tradição liberal”, mas implica refletir sobre o significado da representação e da atitude parlamentar, bem como explicitar o desenvolvimento da liberdade interna do partido, bem além dos limites do liberalismo (PAGGI, 1984, p. 367). Para explicitar a noção gramsciana de democracia e a nova perspectiva da revolução no contexto dos *Cadernos do Cárcere* é necessário considerar a experiência política dos anos 1918-1926.

O ideário liberal, que assumiu formas diferentes na história da política moderna, sedimentou-se no senso comum e se consolidou a partir de um discurso que separa dicotomicamente o econômico do político e faz do Estado a instância neutra de garantia dos direitos e interesses das partes. Ao pressupor esta separação, a concepção liberal transformou a teoria em um instrumento mistificador que se constituiu historicamente em sua força política, tanto que o discurso mecanicista de esquerda, principalmente no movimento sindical, acabou por entender que as mudanças se desencadeiam a partir do econômico. Gramsci acentua que nenhum equilíbrio de forças se rompe por causas mecânicas imediatas, mas sim pelo modo como os problemas econômicos imediatos se entrelaçam com o ideológico no quadro dos conflitos políticos que se manifestam como “exasperação dos sentimentos de independência, de autonomia e de poder”. Pode-se separar as instâncias para análise, “por razões didáticas”, mas a realidade é sempre mais complexa e precisa ser abordada como um conjunto orgânico de relações de força (Q 13, § 17, p. 1587).¹

A democracia, pensada como um conjunto de relações de força por meio das quais se constrói a hegemonia já se delineia nos escritos de 1924-1926; na leitura de Paggi, “é precisamente enquanto ciência das forças que o ‘leninismo’ de Gramsci encontra no liberalismo e no sindicalismo os seus principais adversários”, no sentido que estes expressam uma situação própria da cultura italiana, que é pressupor a separação entre Estado e sociedade civil, política e economia (PAGGI, 1984, p. 249).²

1 Os *Cadernos do Cárcere de Antonio Gramsci* (1977) serão citados pela letra Q seguida do número do caderno, parágrafo e página.

2 Paggi acentua que o que Gramsci entende por leninismo apresenta uma temática que já é pós-leniniana; a partir dessa leitura, Gramsci não rompe os elos com a idéia de revolução que, “transferida para o mundo das superestruturas organizadas, ativa um processo cognoscitivo no curso do qual as noções de partido e de Estado são as primeiras a sofrer uma mudança de substância em relação ao universo teórico leniniano” (PAGGI, 1984, p. 249).

Na análise de Gramsci, o liberalismo enquanto política tem uma função econômica precisa:

é um programa político destinado a alterar, enquanto triunfa, o pessoal dirigente de um Estado e o programa econômico do próprio Estado, ou seja, a mudar a distribuição de renda nacional.

A defesa da separação entre sociedade civil e Estado atua como discurso ideológico, com uma força desagregadora das classes trabalhadoras; na prática, o Estado liberal tem uma função reguladora da ordem econômica, à medida que estabelece leis e regras de caráter estatal que garantem o funcionamento do mercado (Q, p. 1590). Já o sindicalismo teórico, ao separar a economia da política e privilegiar a primeira, exclui “a transformação do grupo subordinado em dominante”, ou porque “o problema sequer é colocado (fabianismo)”, ou porque é apresentado de modo “ineficiente (tendências social-democratas em geral)”, a partir da redução de todo o processo político ao seu significado econômico (IDEM, p. 1590-1591).

Na perspectiva do novo poder soviético Gramsci parece identificar a prática economicista prevalecendo sobre a política principalmente nas novas medidas instauradas pela NEP, no que se refere à questão da aliança operário-camponesa, que tem como pano de fundo a convicção fatalista de que “existem, para o desenvolvimento histórico, leis objetivas do mesmo caráter das leis naturais” (Q 13, § 23, p. 1611-1612). Também critica aqueles que confiam “cegamente e sem critérios à virtude reguladora das armas”, fato que possui uma certa lógica e coerência, “porque se pensa que a intervenção da vontade é útil para a destruição, não para a reconstrução”, pois a destruição vem concebida mecanicamente e não em relação dialética com a reconstrução. A “força pode ser empregada contra os inimigos, não contra uma parte de si próprio que se quer assimilar e da qual é necessário a “boa vontade” e o entusiasmo”

(Q, p. 1612-1613). O plano de coletivização implantado por Stalin na Rússia, nas condições em que estava sendo desenvolvido, criava uma separação entre duas forças potencialmente aliadas, de modo irreparável para a construção da democracia.

A questão da democracia relaciona-se ao processo de construção da hegemonia, que se produz por meio da capacidade de organização e de persuasão de um grupo político, que pode atuar tanto na formação de um consenso passivo quanto empenhar-se na formação de uma consciência crítica, possibilitando a cada um de seus membros a compreensão do conjunto de relações que caracterizam a disputa política em determinada conjuntura. As alianças políticas entre grupos com os mesmos interesses são necessárias e exigem clareza e transparência dos dirigentes, cujas decisões precisam ser compartilhadas e respaldadas por todo o grupo.

A base do sistema representativo moderno está na formação da opinião pública no seio da sociedade civil enquanto espaço de enfrentamento político: na sociedade capitalista o poder econômico pode determinar o processo de decisão agindo no âmbito da formação de opinião, tanto que os grupos dominantes se empenham em controlar os meios de comunicação, instrumentos privilegiados de divulgação e persuasão. A desigualdade econômica torna a luta política desigual e debilita a participação das classes trabalhadoras no processo democrático burguês.

Nos *Cadernos do Cárcere* as reflexões sobre hegemonia no contexto da “sociedade regulada” ou da nova sociedade civil que se pretende fundar com o socialismo mostram que a democracia deve ser entendida como um processo político, econômico e cultural em que exista uma “unidade ativa, vivente”, entre povo e nação, “qualquer que seja o conteúdo dessa vida” (Q 14, § 72, p. 1740), de modo que a organização política “favoreça a passagem (molecular) dos grupos dirigidos ao grupo dirigente” (Q 8, § 191, p. 1056). A questão de fundo é saber se o objetivo político que um movimento se põe é o de superar a separação milenar entre

dirigentes e dirigidos ou o de conservá-la em benefício do grupo no poder (Q 15, § 4, p. 1752). O que se confronta aqui são duas noções diversas de democracia, que Gramsci explicita na reflexão sobre o significado da representação e da atitude parlamentar.

Na democracia burguesa todos são formalmente iguais para fins de representação política e a desigualdade econômica não é um pressuposto porque o econômico é pensado separadamente do político. A existência de governantes e governados é um fato primordial da ação política, mas a superação da divisão entre governantes e governados jamais será colocada no âmbito da democracia burguesa porque se entende que qualquer cidadão tem formalmente o direito de candidatar-se a dirigente; efetivamente sabe-se que se elegem os que possuem sustentação econômica para a sua campanha política ou que representam interesses de grupos econômicos, tendo condições de acesso aos meios de comunicação. A desigualdade social que é produzida no modo de produção capitalista estende-se à vida política e cultural; dessa forma, a igualdade que sustenta a representação política é, na realidade, uma utopia que não se realiza, mas alimenta o imaginário social, de modo que se acredita realmente que se está participando de maneira igualitária no processo eleitoral.

A ideia de igualdade que sustenta a democracia burguesa, principalmente na prática do sufrágio universal e da crença comum de que o número seja a “lei suprema” e a expressão da vontade comum, que se traduziria na quantidade como garantia da qualidade e da igualdade de representação, não se efetiva porque, além da desigualdade instaurada, a ausência de transparência e de mecanismos de controle da representação transformam o voto em mero simbolismo legitimador da ação de políticos que agem em nome de interesses individuais ou de grupos.

Sabe-se que tais limites não são colocados para declarar a inutilidade do sufrágio universal, que foi uma conquista histórica. Gramsci reflete num contexto político preciso e tem o objetivo princi-

pal de combater o argumento dos que desejam suprimir o estreito limite de liberdade política que existe no âmbito da democracia burguesa (no caso, o argumento da *Crítica Fascista*) e tolher ao homem comum “aquela infinitésima fração de poder que ele possui no decidir sobre o curso da vida estatal”. Gramsci afirma que de modo algum é verdadeiro que “o número seja a ‘lei suprema’ nem que o peso da opinião de cada eleitor seja exatamente igual”. Em qualquer caso em que se empregue a estatística, os números têm apenas um valor instrumental e possibilitam uma margem de medida para mostrar a correlação de forças em um dado momento político (Q 13, § 30, p. 1624-1625).

A questão política deve ser abordada em seu aspecto qualitativo a fim de mostrar as limitações da participação das classes trabalhadoras no bojo da estrutura de poder da sociedade capitalista. Em novas situações, para além da democracia formal, “o consenso não tem no momento do voto uma fase final”, mas “é suposto como permanentemente ativo, até o ponto em que os que consentem poderiam ser considerados como ‘funcionários’ do Estado e as eleições como um modo de recrutamento voluntário de funcionários estatais de certo tipo” (Q 13, p. 1626), ou seja, um momento do engajamento político.

Outra questão importante para a compreensão da democracia burguesa na leitura de Gramsci é o funcionamento do Parlamento. É no interior da democracia burguesa e dos fundamentos do capitalismo que o sistema de representação parlamentar é limitado, em decorrência da própria estrutura política no contexto da sociedade capitalista; sua função e ação certamente se ampliariam em uma nova ordem social em que as barreiras da desigualdade econômica fossem superadas. Embora acentue em alguns fragmentos que, na Itália, a atuação de políticos como Giolitti geraram o descrédito do Parlamento, a questão principal é que o parlamentarismo não esgota a função representativa:

Mesmo admitindo que o parlamentarismo tornou-se ineficiente e até danoso, não se pode concluir que o regime burocrático deva ser reabilitado e exaltado. É necessário ver se parlamentarismo e regime representativo se identificam e se não é possível uma solução diversa tanto do parlamentarismo quanto do regime burocrático, com um novo tipo de regime representativo. (Q 14, § 49, p. 1708).

A partir da reflexão sobre os limites dos regimes representativos burgueses Gramsci sugere que as formas de representação precisariam ser reformuladas no processo de construção de uma nova ordem social e política. A idéia de “sociedade regulada” enquanto “Estado sem Estado” parece ser o caminho sugerido por Gramsci para aprofundar a questão, embora não haja referência às novas formas de representação: a “sociedade regulada” se caracteriza como um momento em que o “Estado se identificará com a sociedade civil” que, para ser alcançado, supõe “passar por uma fase de Estado-guardião noturno, isto é, uma organização coercitiva que tutelará o desenvolvimento dos elementos de sociedade regulada em contínuo incremento e, portanto, reduzindo gradativamente as suas intervenções autoritárias e coercitivas”. Os elementos de coerção exaurem-se “à medida que se afirmam elementos próprios da sociedade civil”. E Gramsci salienta que “tal situação não pode fazer pensar em um novo ‘liberalismo’, embora seja para ser o início de uma era de liberdade orgânica” (Q 6, § 88, p. 764).

A “sociedade regulada” apresenta-se como um “novo nível de civilização”, que redefine a “função e a atitude de cada indivíduo físico no homem coletivo” e também as estratégias políticas, que Gramsci identifica no conceito de “hegemonia civil” (Q 8, § 52, p. 972-973, reescrito em Q 13, § 7, p. 1566-1567). Expandir esse conceito para o objetivar uma nova ordem social significa entender a democracia como uma nova experiência de vida econômica, social, política e cultural. Estas colocações ficam em aberto, como caminhos instigantes a serem percorridos e a serem completados

com novas reflexões de acordo com as circunstâncias históricas nas quais se pretende agir e modificar. O que fica claro é que a hegemonia enquanto democracia pode assumir novas configurações a partir de novas práticas de direção política e de formação de um consenso permanentemente ativo e operante.

Condições históricas e políticas para o transformismo

Gramsci reflete sobre as condições históricas e políticas que produziram o transformismo na Itália e quais as bases de sua superação no contexto de uma nova ordem social e política na qual se efetivaria a democracia socialista. Nessa leitura, contrapõe duas concepções diversas de conceber a política e os intelectuais: a característica da democracia burguesa, a partir da afirmação de lideranças que se atribuem o direito de dirigir e comandar as massas populares por sua condição social e formação cultural; a que se apresenta na proposição de uma nova prática política construída no interior do partido, pela qual as massas criam seus próprios intelectuais orgânicos, bem como participam ativamente da formação da hegemonia.

O ponto de partida de Gramsci é a constatação de que

cada grupo social, nascendo no terreno originário de uma função social no mundo da produção econômica, cria para si, organicamente, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e no político (Q 12, § 1, p. 1513).

Nesse campo, os intelectuais são os organizadores da hegemonia de um grupo social, que se traduz tanto na elaboração da teoria quanto no exercício de funções de dominação e direção política.

É no contexto das relações de hegemonia que se formam os intelectuais e, a partir de condições históricas precisas, as classes

subalternas sofrem o processo de cooptação de seus líderes, chamados para defender a estrutura de poder vigente. À medida que são ainda dirigentes de “um grupo subalterno, que não conquistou ainda consciência de sua força e das suas possibilidades e modos de desenvolvimento”, debilitam todo o movimento, que precisa reiniciar seu processo de formação de intelectuais (Q 13, § 18, p. 1589). A permanência de um grupo subalterno no âmbito de uma concepção de mundo econômico-corporativa (como foi o caso do sindicalismo teórico) abre a possibilidade de migração de dirigentes do movimento operário que, em determinado momento de sua vida política, são levados a deixar seu posto crítico e a defender a ordem existente.

Esta migração que, em outros fragmentos Gramsci denomina transformismo, demonstra a extrema dificuldade que as classes subalternas enfrentam não somente para formar os seus próprios intelectuais orgânicos como também para manter os seus dirigentes. Além da cooptação de dirigentes por parte da classe dominante, a debilidade organizativa dos trabalhadores possibilita a atuação de políticos escusos, que conseguem o apoio das massas com astúcia e promessas, as quais não pretendem cumprir, mas que servem para mantê-los no poder a serviço da elite dominante. Trata-se de mecanismo que faz parte do exercício da hegemonia burguesa, levado a efeito por seus intelectuais.

Na realidade italiana da década de 1920, a política historicamente centralizada e paternalista, o elitismo dos intelectuais e a ação da Igreja Católica debilitavam a sociedade civil e dificultavam a sua organização política, gerando o conformismo, que é a aceitação passiva da sociedade ante o desconhecimento das formas de agir e modificar esta situação.

Gramsci considera o *Risorgimento*, no século XIX, como o momento histórico no qual o transformismo se evidenciou de forma mais contundente, na atuação do Partido da Ação. Foi também um processo que marcou a história política posterior, porque se

efetivou como uma “revolução pelo alto” ou “revolução passiva” e consolidou um processo político que, pela atitude dos intelectuais, tinha conotações autoritárias. Ocorre uma revolução passiva quando, por intervenção do Estado, introduzem-se mudanças no setor produtivo sem tocar nos mecanismos de apropriação do lucro. O processo conservador que realizou a unificação italiana teve estas características, isto é, com o apoio de um Estado já organizado, o Piemonte, foram criadas as condições para a hegemonia da burguesia do Norte, abrindo caminho ao desenvolvimento do capitalismo industrial. Para tanto, foi essencial a atuação do Partido moderado:

Todo o problema da conexão entre as várias correntes políticas do *Risorgimento* (...) reduz-se a este dado fundamental de fato: os moderados representavam um grupo social relativamente homogêneo, pelo qual sua direção assumia oscilações relativamente limitadas (...), enquanto o assim chamado Partido da Ação não se apoiava especificamente em nenhuma classe histórica e as oscilações sofridas por seus órgãos dirigentes compunham-se, em última análise, conforme os interesses dos moderados (...). Estes continuaram a dirigir o Partido da Ação depois de 1870 e 1876 e o assim chamado “transformismo” não foi mais que a expressão parlamentar desta ação hegemônica intelectual, moral e política. (Q. 19, p. 2010-2011).

O transformismo faz parte do exercício da hegemonia no contexto da democracia burguesa e consolida a ação e a direção intelectual, moral e política dos intelectuais do grupo dominante. Pode-se dizer, conforme Gramsci, que “toda a vida estatal italiana desde 1848 em diante foi caracterizada pelo transformismo, isto é, pela formação de uma classe dirigente sempre mais ampla”, constituída pela “absorção gradual, porém contínua e obtida com métodos diversos na sua eficácia, dos elementos ativos dos grupos

aliados e também dos adversários e que pareciam irreconciliavelmente inimigos” (idem, p. 2011).

O conceito de “revolução passiva” permite entender a forma adotada pela política burguesa em determinados momentos da história, não tanto para conquistar, mas para restaurar sua hegemonia. Esse conceito permite também compreender a participação das massas na democracia burguesa e na constituição do poder burguês. A dialética entre conservação e inovação, que permeia o conceito de “revolução passiva” e que, na linguagem moderna pode traduzir-se em “reformismo” assumido como programa, é um mecanismo político das sociedades modernas, nas quais as organizações internas tornam-se mais complexas e o exercício do poder exige a formação do consentimento passivo de grandes massas. Assim como o *Risorgimento*, também o fascismo apresenta-se como “a ‘forma’ de revolução passiva própria do século XX, como o liberalismo o foi do século XIX” (Q 8, p. 1089).

Por suas características, esta prática torna-se também uma função de domínio, porque o transformismo deixa acéfalos os grupos dominados por um longo período: o “‘transformismo’ não é mais que a expressão parlamentar do fato que o Partido da Ação é molecularmente incorporado pelos moderados e as massas populares são decapitadas, não absorvidas no âmbito do novo Estado” (Q 19, p. 2042).

O transformismo, enquanto “revolução-passiva”, isto é, uma mudança sem transformações radicais, demonstra a fragilidade dos partidos políticos que, historicamente, não conseguem consolidar-se em torno de um programa para comprometer radicalmente os seus representantes, os quais atuam conforme interesses específicos. Há períodos em que a absorção foi molecular, isto é, realizada pela iniciativa individual e não de grupos. Um exemplo foi a amizade entre Garibaldi e Cavour. A partir do século XX, “grupos inteiros de extrema passam ao campo moderado” (Q 8, p. 962).

Esse processo estabelece uma determinada relação entre cidade e campo que possibilita uma forma de exploração capitalista a partir da concentração industrial no Norte da Itália: “As forças urbanas do Norte deviam obter daquelas do Sul que a sua função dirigente se limitasse a assegurar a direção do Norte em relação ao Sul”, isto é, a função dirigente das cidades do Sul “não podiam ser mais que um momento subordinado da mais ampla função dirigente do Norte” (idem, p. 2043). Esta situação não se justifica pelo desenvolvimento industrial, já que muitas cidades relativamente populosas da Itália são bem anteriores e não dependem organicamente do sistema industrial sendo que, historicamente, em crises políticas, assumiram atitudes progressistas. O processo de unificação não respondeu a anseios populares vindos do Sul e, nesse contexto, conforme Gramsci, não cumpriu a sua função histórica de direção política e, assim, acentuou “o espírito rebelde elementar e endêmico das classes populares”, aumentou a distância entre intelectuais e povo e enfraqueceu o novo Estado (idem, p. 1931). Em linhas gerais, a política conservadora que se desenvolveu a partir do *Risorgimento* conseguiu desagregar socialmente o Sul e deixar a população camponesa sem condições de organizar-se num movimento unificado.

As consequências do transformismo já haviam sido abordadas no escrito inacabado de 1926, sobre *A questão Meridional*. Conforme Fresu, neste escrito Gramsci retoma alguns temas das Tese de Lion “com a intenção precisa de desenvolvê-las e dar-lhes forma orgânica”, a fim de criar um instrumento de análise “para melhor compreender a gênese histórica do fascismo” (FRESU, 2005, p. 220).

O ensaio insere-se em um debate que vinha sendo desenvolvido sobre a Questão Meridional e Gramsci introduz o texto defendendo-se de acusações dirigidas a seus artigos publicados em *L'Ordine Nuovo*, para colocar a discussão no âmbito da estrutura do Estado italiano e das relações de hegemonia. Retoma a análise das relações políticas de subordinação, nas quais o Sul mantém o equilíbrio da

dominação burguesa e acentua a necessidade de aliança operário-camponesa para gerar as condições revolucionárias.

Entre as questões abordadas salienta-se a necessidade de incentivar o proletariado a efetivar alianças com os camponeses, o que exigiria romper com os preconceitos difundidos sobre os meridionais, isto é, a elaboração de uma nova concepção de mundo que modificasse a própria perspectiva política e ideológica, como parte do processo de construção da hegemonia. A função dos intelectuais e a formação dos próprios intelectuais orgânicos assume importância fundamental no contexto das relações político-culturais, como organizadores da hegemonia e mobilizadores das massas na formação de um consenso ativo. Para tanto, faz-se necessário superar o corporativismo e sair dos limites do sindicalismo para propor-se como classe dirigente e revolucionária.

Mudanças políticas e culturais implicam tanto a compreensão das correlações de forças que se constituem no presente, como o seu movimento de formação na releitura da história dessas relações: os desdobramentos da luta política, bem como os seus resultados dependem, em grande medida, da clareza que as classes sociais em luta apresentem, não apenas de sua tarefa histórica, mas também do papel que o adversário desempenha e defende. Gramsci procura mostrar que em outros momentos históricos, como na França de 1830 (Orleans) ou nos desdobramentos de 1789 (ascensão de Napoleão), pode-se perceber a “ausência, nas forças radicais populares, de uma consciência das tarefas da outra parte”, o que impediu a essas classes “de ter plena consciência de sua própria função” e de avaliar a conjuntura histórica e, conseqüentemente, influir no equilíbrio final das forças, de modo a “determinar um resultado mais avançado no sentido do progresso e da modernidade” (Q 15, p. 1773-1774). No caso do *Risorgimento*, o processo de absorção dos dirigentes populares foi facilitado porque Cavour “compreendia tanto a sua tarefa quanto a tarefa de Mazzini, en-

quanto esse parece que não estava consciente da sua função ou daquela de Cavour” (Q 15, p. 1767).

A superação do transformismo implica a geração de novos mecanismos políticos que possibilitem a ampla participação da sociedade no processo de decisão política. Tais mecanismos, para Gramsci, foram experimentados nos Conselhos de Fábrica e na redação de *L'Ordine Nuovo* e que podem ser vislumbrados nos *Cadernos do Cárcere*, no âmbito do processo permanente de educação no processo de organização política.

Conclusão

Se a sociedade civil precisa tornar-se o centro do poder político, é nas instituições da sociedade civil que devem organizar-se os sujeitos da ação política e tal ação deve ter como pressuposto o empenho de todos na superação da divisão milenar existente entre governantes e governados. Não se trata, portanto, de investir um líder de poder, mas de criar as condições da participação de todos no exercício do poder, de unificar-se para subverter os mecanismos de dominação e de conformismo que predominam na sociedade capitalista, de organizar-se em instituições renovadoras no seio da sociedade civil. Esta tarefa cabe, em grande parte, ao partido, com a função de preparar as classes trabalhadoras para o exercício do poder unificando as várias forças existentes nos vários setores da produção em torno de um pensamento orgânico e crítico, o que exige a renovação interna de suas práticas e a experiência cotidiana da gestão democrática.

Trata-se de superar as condições impostas pela ordem burguesa, hierárquica, mantida por uma disciplina mecânica e autoritária, que exclui o compromisso e a responsabilidade do indivíduo com a coletividade: na sociedade burguesa basta obedecer à lei e à ordem e deixar que as ambições e paixões pessoais dos pequenos grupos ativos decidam os destinos da sociedade. Para os trabalhadores, a

vivência da liberdade individual supõe superar o individualismo com um crescimento da própria personalidade na vida coletiva, na qual o indivíduo “se enriquece com as experiências de todos os outros homens, que vivem as mesmas dores e esperanças” (GRAMSCI, 1978, p. 372). Na verdade, uma nova ordem social implica a “convicção de que a liberdade para todos é a única garantia das liberdades individuais” opondo ao vago conceito de liberdade de pensamento da sociedade burguesa, uma nova noção de liberdade, construída a partir de um novo modo de ser e de pensar gerados pelo espírito de iniciativa, pela solidariedade e respeito (GRAMSCI, 1975, p. 186).

Nos *Cadernos do Cárcere* esta questão é recolocada na proposição de uma nova prática política que se produz como formação de novos intelectuais orgânicos no interior do partido:

O elemento popular “sente”, mas nem sempre compreende ou sabe; o elemento intelectual “sabe”, mas nem sempre compreende e, especialmente, “sente”. Os dois extremos traduzem, por um lado, o pedantismo e o filisteísmo e, por outro, a paixão cega e o sectarismo. (...) O erro do intelectual consiste em crer que se possa saber sem compreender e, especialmente sem sentir e estar apaixonado (não só pelo saber em si, mas pelo objeto do saber), isto é, em acreditar que o intelectual possa ser tal (e não um puro pedante) quando distinto e separado do povo-nação, isto é, sem sentir as paixões elementares do povo, compreendendo-as e, assim, explicando-as e justificando-as em determinada situação histórica, vinculando-as dialeticamente às leis da história, a uma concepção de mundo superior, científica e coerentemente elaborada, o “saber”; não se faz política-história sem esta paixão, isto é, sem este elo sentimental entre intelectuais e povo-nação. Na ausência desse elo, as relações do intelectual com o povo-nação são ou se reduzem a relações de ordem puramente burocrática e formal; os intelectuais tornam-se uma casta ou um sacerdócio (assim chamado centralismo orgânico). (Q 11, p. 1505.)

Estas observações de Gramsci podem ser tomadas como a mais severa crítica ao elitismo, característico da intelectualidade italiana, que se considerava “superior” e, por isso, mantinha-se distante do povo e da cultura popular, desconhecendo as experiências políticas da grande parcela da população de operários e camponeses. Mas a crítica também se dirige ao stalinismo, na referência ao centralismo orgânico e na afirmação de que a divisão entre governantes e governados só poderá ser superada no estabelecimento desse elo entre teoria e prática, saber e paixão política, que se tornam compreensão do conjunto de relações e transformam a própria noção de representação. Uma nova prática que acontece com a troca de “elementos individuais entre governados e governantes, dirigidos e dirigentes, na qual se realiza a vida do conjunto, a única que é força social e cria o ‘bloco-histórico’” (idem). Trata-se de mostrar os limites do sistema representativo parlamentar no contexto da estrutura política na sociedade capitalista e buscar uma “solução diversa tanto do parlamentarismo quanto do regime burocrático, com um novo tipo de regime representativo” (Q 14, p. 1708).

Esta nova experiência de gestão, que implica um processo permanente de educação e participação política, é algo muito difícil de se construir, principalmente porque estas novas relações precisam ser geradas no contexto da sociedade burguesa, isto é, na contra corrente, vencendo todos os mecanismos que, historicamente, têm submetido as classes trabalhadoras, entre eles, a própria teoria do elitismo, interiorizada no processo de educação e acrescida, nos dias atuais, pelos meios de comunicação de massa que, na sua atuação totalitária, enquanto via de mão única, formam um modo de pensar uniforme, dificultam a elaboração de uma consciência crítica. Gramsci percebe as dificuldades de se construir, por exemplo, um partido político que realize internamente a relação entre “saber” e “sentir”, que torne os homens coletivamente capazes de

alcançar os objetivos propostos, sem dogmatismos e sem a formação de uma casta dirigente.

Ao delinear a situação das classes subalternas no contexto da sociedade capitalista e nos limites da democracia burguesa, Gramsci propõe uma nova estratégia que ainda não se conseguiu explicitar completamente, já que ele não recorre à noção de democracia direta, mas sugere um novo tipo de regime representativo. As questões que ficam em aberto e instigam o debate são: como organizar-se na sociedade civil e reconstruir a história sem abrir brechas de cooptação? Ou como redimensionar o movimento das classes subalternas a cada momento em que ocorrer a absorção de seus dirigentes? São questões prementes e profundamente atuais, quando se constata que o transformismo continua sendo um mecanismo atual de cooptação e consequente desarticulação dos movimentos populares e das organizações nascentes no processo político contemporâneo.

Referências bibliográficas

- BARATTA, Giorgio e LIGUORI, Guido (orgs). *Gramsci: da un secolo all'altro*. Roma: Riuniti, 1999.
- CERRONI, Umberto. Gramsci e il superamento della separazione tra società e Stato. In: FERRI, Franco (org). *Studi Gramsciani*. Roma: Riuniti/Istituto Gramsci, 1973, p. 105-114.
- CHIARANTE, Giuseppe. *Società civile e riforma intellettuale e morale*. In: *Critica Marxista*, n. 2-3, p. 55-65, 1987.
- DIAS, Edmundo Fernandes. *Gramsci em Turim: a construção do conceito de hegemonia*. São Paulo: Xamã, 2000.
- FRESU, Gianni. "Il diavolo nell'ampolla": Antonio Gramsci, gli intellettuali e il partito. Napoli: La Città del Sole, 2005.
- GERRATANA, Vanentino. *Problemi di método*. Roma: Riuniti, 1997.
- GRAMSCI, Antonio. *Scritti giovanili (1914-1918)*. Torino: Einaudi, 1975.
- _____. *Sotto la Mole (1918-1920)*, Torino: Einaudi, 1978.

- GRAMSCI, Antonio. *Quaderni del Carcere* (edizione critica dell Istituto Gramsci, a cura di Valentino Gerratana). 2 ed. Torino: Einaudi, 1977.
- LOSURDO, Domenico. *Antonio Gramsci: dal liberalismo al "comunismo critico"*. Roma: Gamberetti, 1997.
- _____. *Democracia ou bonapartismo*. Rio de Janeiro/São Paulo: UFRJ/Unesp. 2004.
- NATOLI, Claudio (org.). *Marxismo e Liberalismo: una riflessione critica di fine secolo*. Milano: Franco Angeli, 1995.
- PAGGI, Leonardo. *Le strategie del potere in Gramsci: tra fascismo e socialismo*. Roma: Riuniti, 1984.
- SCHLESENER, Anita Helena. *Hegemonia e cultura: Gramsci*. Curitiba: UFPR, 1992.
- _____. *Revolução e Cultura em Gramsci*. Curitiba: UFPR, 2001.
- _____. *Antonio Gramsci e a política italiana*. Pensamento, polémicas, interpretação. Curitiba: UTP, 2005.